

Parte III — Ciência, tecnologia e comunicação

17. Covid-19 nas mídias: medo e confiança em tempos de pandemia

Kátia Lerner
Janine Miranda Cardoso
Tatiana Clébicar

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LERNER, K., CARDOSO, J.M., and CLÉBICAR, T. Covid-19 nas mídias: medo e confiança em tempos de pandemia. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 221-231. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0018>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Covid-19 nas Mídias medo e confiança em tempos de pandemia

Kátia Lerner, Janine Miranda Cardoso e Tatiana Clébicar

A produção de notícias sobre a pandemia de Covid-19 acompanhou em intensidade e magnitude a escalada da propagação do novo vírus Sars-CoV-2. No mundo hiperconectado em tempo real, publicações das grandes corporações jornalísticas, de especialistas e instituições dos campos da ciência e da saúde circulam nas plataformas digitais, segundo lógicas algorítmicas, em paralelo a opiniões de indivíduos baseadas em suas experiências pessoais e profissionais. Essa pluralidade enunciativa marca um cenário de complexidade singular, próprio de sociedades midiaticizadas, e faz da comunicação dimensão central da pandemia, dada sua capacidade de interferir simbólica e materialmente no curso do evento sanitário, definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “infodemia” (Posetti & Bontcheva, 2020). A comunicação se torna, novamente, frente decisiva para seu enfrentamento.

O entendimento da pandemia, no entanto, não ocorre de forma linear e homogênea, pois é modulado por diferentes contextos, na e pela linguagem. Se a essa chave acrescentarmos os postulados bakhtinianos de que os sentidos não se fecham e de que a palavra é arena de disputa (Bakhtin, 2006); os desafios trazidos pela emergência do novo coronavírus ao conhecimento científico; a conjuntura nacional e internacional de intensa polarização política e a já mencionada proliferação discursiva, veremos em cada postagem, notícia ou comunicado, além da narração da realidade, sua própria construção.

Essa sempre disputada produção social de sentidos traz perspectivas e lógicas variadas. Nosso interesse neste texto, porém, é a pandemia sob a ótica da mídia, particularmente a do jornalismo no contexto comunicacional contemporâneo. Com reconhecido protagonismo na construção de formas de inteligibilidade do mundo e nas lutas

materiais e simbólicas, o jornalismo é um campo heterogêneo, tanto por suas próprias disputas quanto pela inevitável relação – de aliança ou conflito – com outras lógicas, discursos e interesses.

Considerando o caráter de urgência e intensidade emocional, assim como a dimensão dramática das epidemias, interessa-nos compreender a construção discursiva do medo e da confiança em espaços midiáticos. Com esse fio condutor, acompanhamos o enredo tecido desde a aparição da Covid-19 na cena pública. Entendendo que emoções são socialmente construídas e atravessadas por relações de poder, hierarquias e concepções de moralidade que distinguem grupos sociais (Rezende & Coelho, 2011), interrogamos o que e quem suscitou temor, coragem ou esperança. Estruturadas na linguagem, essas e outras emoções têm na atual configuração comunicacional poderoso vetor de expressão pública, entrelaçando informações, interesses, sentidos e afetos que põem em movimento efeitos variados.

Nosso recorte abrange os meses de janeiro a junho de 2020. A partir da primeira notícia sobre o anúncio da doença na China, seguimos o noticiário de um jornal de referência nacional, *O Globo*. Coletamos as capas de sua versão impressa no acervo digital do jornal e os textos publicados em seu site, por meio da ferramenta de busca da Plataforma de Ciência de Dados Aplicada à Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). O material empírico incluiu também a apuração realizada por Fato ou Fake, serviço de checagem do Grupo Globo criado em 2018, quando o fenômeno da desinformação já era apontado como risco. Focalizamos as emoções acionadas nas postagens, e não o trabalho de apuração.

A ESCALADA DE TENSÃO NA COBERTURA

Notificada pelas autoridades chinesas no final de dezembro, a nova doença só seria mencionada na capa do jornal impresso em 22 de janeiro. Antes, apenas o site acompanhava, desde o dia 5, os efeitos de uma infecção respiratória “desconhecida” ou “misteriosa”, que havia provocado três mortes na China. O mote de noticiabilidade dessa capa, com foto de chineses usando máscaras, foi sua chegada aos Estados Unidos da América (EUA). Esses textos já expressavam temores recorrentes ao longo do semestre: velocidade de contágio, letalidade do vírus e impacto nas economias mundiais.

O vírus e a China representaram, assim, elementos temíveis, articulados na própria forma de nomeação “vírus da China”. Associada ao gradual aumento da classificação de risco, a crescente tensão narrativa foi tecida com o relato quase diário do número de contaminados e mortos e sua comparação com outras doenças respiratórias. Tam-

bém foram constantes matérias sobre os impactos econômicos, medidos pelo desempenho das bolsas de valores, cuja queda vertiginosa expressava, segundo o jornal, o “nervosismo” do mercado (28.01; 25.02).

A posição da China na cobertura contrasta, por exemplo, com a do México na pandemia de H1N1, cuja origem não foi investida de tamanho peso simbólico. Essa proeminência foi qualificada por termos e fotos que aludem a isolamento e periculosidade: “vírus da solidão”, “metrópoles desertas”; imagens de equipamentos de proteção e de áreas públicas vazias (22.01; 24.01; 25.01; 02.02). A desconfiança se manifestava na narrativa de surgimento da doença pela relação supostamente indevida com a natureza e pelo exotismo, representados pelos mercados chineses, descritos simultaneamente como “sensação” e “fonte de epidemias” por reunirem “gente e bichos” (30.01). Estendia-se ao regime político daquele país, com insinuações de autoritarismo e má gestão da crise sanitária, ilustradas pela morte do médico chinês que sucumbiu à doença após ser “advertido” ao “avisar” as autoridades sobre o vírus (07.02).

A China também aparece como objeto de medo e desconfiança nas postagens sobre a Covid-19, a partir de fevereiro. A apuração de Fato ou Fake identifica materiais adulterados ou descontextualizados e ouve especialistas para qualificá-los como *fake*. Os modos de dizer dessas postagens intensificam os afetos: os chineses seriam responsáveis pelo ciclo morcegos-serpentes-humanos (28.02), mas o medo que causam é mais próximo, pois o perigo nos atingiria via “produtos importados contaminados” (07.02). As autoridades chinesas seriam assustadoras, já que seu “tribunal superior” poderia autorizar a morte de 20 mil pacientes para “evitar a disseminação do vírus” (28.02).

Ofuscado pelo Carnaval, o tema voltou às capas de *O Globo* com o fim da quarentena dos repatriados, em fevereiro, e adquiriu destaque com o avanço do vírus pela Europa (10.03). Diferentemente da China, outros países não foram retratados como disseminadores, mas como vítimas: “um bar nos arredores da Fontana di Trevi (...) proibiu a entrada de chineses depois que o país descobriu dois casos de coronavírus em território italiano” (31.01).

A disseminação mundial aliada à paulatina aproximação impulsionou a percepção da escalada do vírus como “perigo iminente”. Brasileiros sintomáticos nas Filipinas (27.01) ou aqueles retidos em navio no Japão (09.02) foram mostrados paralelamente ao crescimento do número de casos suspeitos (29.01), até culminar no primeiro registro oficial da doença no país. Com a expressão “Coronavírus avança”, *O Globo* anunciou a chegada da doença na capa do dia 26 de fevereiro. Novamente, a “ameaça” se traduziu no desempenho da bolsa de valores, trazendo apreensão pelo impacto econômico (28.02, 29.02, 04.03, 06.03, 07.03, 10.03, 11.03).

O AUGO DA COBERTURA: ISOLAMENTO, ECONOMIA E HIDROXICLOROQUINA

A declaração da pandemia pela OMS, em 11 de março, intensificou a cobertura e provocou mudanças editoriais: a capa passou a ser integralmente dedicada ao tema e infográficos foram diariamente atualizados. A Covid-19 ocupou o jornal, que no dia 13 anunciou que a seção Especial Coronavírus abriria o primeiro caderno, aglutinando as editorias regulares Mundo, País e Rio. Essa configuração vigorou até 22 de maio, quando o veículo noticiou 20 mil óbitos no Brasil. Nesse intervalo, a ferramenta de monitoramento *on-line* identificou 3.255 textos, 79% das publicações no primeiro semestre. O ápice desse período foi entre 12 de março e 16 de abril, data de exoneração do ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, seguindo em queda até 15 de maio, quando Nelson Teich, seu sucessor, deixou o cargo.

O aumento da produção jornalística foi proporcional ao consumo. Como seus concorrentes, o jornal teve incremento na audiência: segundo o *Portal da Comunicação (2020)*, a média de assinantes digitais subiu de 202 mil, em 2019, para 236 mil, em maio de 2020; pesquisa do Datafolha (2020), em abril, mostrou que produtos jornalísticos foram considerados como “as fontes mais confiáveis de notícias sobre a crise”. Além do interesse, tais índices também expressam o resgate da credibilidade do jornalismo como grande mediador entre os eventos do mundo e os indivíduos, posta em xeque com a popularização da internet e a polarização política. O aumento de audiência fez redobramentos de informações, análises e comentários dos peritos de diversas especialidades, autoridades sanitárias nacionais e internacionais sobre a pandemia.

Esse cenário estaria incompleto sem a menção a lógicas mais amplas que modelam a atuação jornalística e sua relação com outros atores relevantes do contexto político e comunicacional midiático, unindo a capilaridade dos dispositivos tecnológicos, notadamente o celular, ao transbordamento das racionalidades midiáticas para diferentes esferas e para o cotidiano de indivíduos e coletividades. Também em relação à pandemia esses atores impactaram a cobertura. Sua noticiabilidade acompanhou movimentos do governo federal e do presidente Jair Bolsonaro, figurando ora como objeto da cobertura, ora como quem a pautava. Destacaram-se as entrevistas coletivas diárias com o então ministro Mandetta e equipe e os diversos pronunciamentos de Bolsonaro.

Mas como a pandemia foi construída como fato jornalístico? Em primeiro lugar, como episódio traumático cuja decorrência – sofrimentos e mortes – mereceria compaixão. O conceito de trauma refere-se a situações nas quais membros de uma coletividade “sentem que foram sujeitos a um evento terrível que deixou marcas permanentes na consciência grupal, marcando as suas memórias e mudando sua identidade de grupo”

(Alexander *et al.*, 2004: 1, tradução nossa). Logo, o reconhecimento de um sofrimento, assim como da responsabilidade social e moral a ele associada, não é preexistente, e sim contingente.

Essa perspectiva adquiriu concretude no texto jornalístico com infográficos diários na capa do impresso. Esses infográficos começaram com “casos” confirmados e “mortes” no mundo (12.03); desenharam sua curva (16.03) e, no dia seguinte, chegaram ao país, com os números de “suspeitos” e “confirmados”. Com o registro do primeiro óbito, incluiu-se a categoria “mortes” (18.03) e a partir de 20.03 informaram-se apenas os “confirmados” e “mortos”. Os números foram a estratégia retórica da passagem simbólica da suspeita à confirmação, tendo como efeitos de sentido a produção de objetividade e a relação implícita entre conhecimento e verdade. Anônimos e famosos compartilharam suas histórias, angústias e medos relacionados ao vírus. O apelo emocional do testemunho, marca da gramática moral contemporânea, somou-se aos números na operação pela qual se buscava estabelecer a comprovação da seriedade do contexto sanitário.

O destaque ao anúncio da transmissão comunitária (06.03; 21.03) e das medidas de contenção tomadas pelas autoridades foi o elemento seguinte utilizado na afirmação da gravidade do evento, com a progressiva paralisação das atividades não essenciais e a adesão ao trabalho remoto. *O Globo* noticiou as medidas e criticou seu descumprimento: “Cenas de descaso com a prevenção do coronavírus foram vistas em todo o país durante o fim de semana, mostrando que recomendações básicas de especialistas ainda passam longe do dia a dia” (16.03).

Fica claro o posicionamento do jornal: a menção a especialistas revela o lugar simbólico dos peritos como fonte de confiança, e não apenas de informação, assim como das autoridades governamentais que a eles se alinharam, defendendo as orientações da OMS. Definidos por Anthony Giddens (1991) como sistemas de excelência técnica ou de competência profissional com destacado papel na modernidade, os sistemas peritos têm sua efetividade associada à confiança depositada por consumidores, majoritariamente leigos, na sua “competência generalizada” de controlar riscos. *O Globo* se valeu dessa autoridade para afirmar sua posição – criando inclusive uma coluna fixa, *A Hora da Ciência* – e se empenhou em endossá-la, buscando a confiança de seus leitores, num reforço de certificação recíproca. Ao mesmo tempo, dedicou-se a identificar a fala de atores não habilitados por esse sistema, como o terceiro ministro a ocupar a pasta, Eduardo Pazuello, general cuja formação alheia à saúde foi frequentemente lembrada.

Com os grandes discursos de autoridade – a política, a ciência e o próprio jornalismo – questionados, esse movimento de aproximação e afastamento, dependendo

das competências imputadas, reconfigura o valor e a função de cada uma dessas instâncias. A ênfase nas prerrogativas de políticos, cientistas e jornalistas na vigência da pandemia foi importante para o crédito/descrédito de outros discursos circulantes. Manifestou-se, especialmente, em dois pontos de tensão: Bolsonaro e as redes sociais. Embora produzidos segundo contextos e lógicas próprios, esses discursos, o de Bolsonaro e o das redes sociais, estavam em constante diálogo entre si e com a produção noticiosa, impactando-se reciprocamente.

A chegada de Bolsonaro à Presidência da República se valeu das possibilidades abertas numa sociedade midiaticizada, com uso intensivo de dispositivos tecnológicos no contato com a sociedade para, particularmente, manter mobilizados seus apoiadores. O privilégio concedido a essa relação “direta” expressava a recusa à “velha política” (suas instituições e mediações) e desconfiança dos meios de comunicação, principalmente os grupos Globo, Folha e Estado de São Paulo. Essas práticas, mantidas durante o mandato, acirraram-se no decorrer da cobertura da pandemia, com o presidente fustigando a imprensa para que publicasse “a verdade, não números distorcidos com intuito de atentar contra o governo”, como na *live* de 5 de março.

Outra disputa entre essas duas perspectivas refere-se ao lugar da ação humana no curso da doença. Se o jornal permanentemente tratou a pandemia como passível de controle, o discurso bolsonarista a semantizou como um evento inevitável: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre. É a vida” (29.04). Essa resposta a jornalistas, publicada na capa quando o número de mortos ultrapassou o da China, expressa a tensão. No jornal, o medo é positivado, pois diminui o risco do contágio; Bolsonaro centra-se no medo das consequências econômicas, o pior dos males, deslocando o enfrentamento do vírus para o campo da valentia. Associada a um ideal de gênero, a coragem pessoal revela-se como atributo de masculinidade e força: “Vamos ter que enfrentar [o vírus] como homem, porra. Não como um moleque”, como publicado no portal *G1* em 29 de abril.

O *Globo* desconstruiu as falas de Bolsonaro de diferentes formas: denunciando a perda de apoio da sociedade (citando painéis e redes sociais); ressoando a reprovação de políticos de destaque (Davi Alcolumbre, Wilson Witzel e Rodrigo Maia); publicando pronunciamentos contrários de governantes, da mídia internacional, de instituições de prestígio, como a declaração do Imperial College sobre a alta taxa de contágio no Brasil, creditada pelo jornal à diminuição do isolamento (01.05). A tensão marcou esse período de cobertura: o jornal anunciava a disseminação do vírus pelo país, o aumento do número de mortes e o alerta de prefeitos e cientistas quanto ao “colapso” do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, criticava a defesa feita por Bolsonaro do “fim do isolamento”

e o esgarçamento da situação política, em especial os confrontos com Mandetta, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

Essa disputa encontrou fértil espaço nas redes sociais: proliferou nas postagens apuradas o temor pelo agravamento da situação econômica, que estaria ocasionando saques, desabastecimento e violência. Além da promoção desses medos, aquele endereçado ao vírus foi desqualificado com fotos, vídeos e áudios de hospitais “vazios” e na comparação com as mortes supostamente causadas por outras doenças, em 2019, e as registradas na epidemia de H1N1, em 2009. Citada por Fato ou Fake como uma das que mais circularam, uma postagem do pastor Silas Malafaia afirmou que apenas dois óbitos de 2020 teriam sido causados por Covid-19, reforçando a percepção da mídia como objeto de desconfiança (25.03). Outro argumento apresentou cidades brasileiras “sem mortes e sem isolamento”, à semelhança de outros países, como publicado pelo médico e deputado federal Osmar Terra e desmentido pela checagem (01.04).

Vemos nessas postagens o encadeamento de ideias do discurso bolsonarista: a desqualificação da veracidade e da gravidade da doença, minando a necessidade das medidas recomendadas pela OMS, que, por sua vez, trariam consequências econômicas terríveis. A construção retórica investe no descrédito de dois grupos: governadores que polarizaram com Bolsonaro na defesa das medidas preventivas e profissionais ligados à mídia, especialmente à Rede Globo. O objetivo era mostrar sua falsidade, pois não estariam respeitando as normas que defendiam. Os governantes foram caracterizados também como autoritários, parciais e violentos, pois seriam responsáveis pela (desmentida) repressão policial para a implementação de medidas sanitárias. As críticas e denúncias a João Doria expõem outro operador de desqualificação política: a aliança com a China. Esse país, seu regime, presidente e habitantes teriam criado e disseminado o vírus como plano de dominação política e econômica mundial, argumento de inúmeras postagens sobre injustiça, violência, covardia e traição que, nas redes, mobilizam indignação e revolta.

Por fim, num cenário já turbulento, outro embate se destacou na cobertura: aquele em torno dos medicamentos, notadamente a hidroxicloroquina. A defesa do presidente – principalmente depois da conclusão científica negando sua eficácia para a Covid – valeu-se da fala de médicos e entidades normatizadoras, como Roberto Kalil e o Conselho Regional de Medicina do Amazonas. A hidroxicloroquina foi utilizada como forma de mitigar o medo e apresentada, na *live* de 9 de abril, como “uma chance, uma oportunidade”.

O jornal opôs-se ao presidente, denunciando a falta de respaldo científico e a possibilidade de graves efeitos colaterais do referido medicamento, dialogando também com as postagens das redes sociais. A partir de abril, várias dessas postagens são

desmentidas: a que afirma a liberação da hidroxicloroquina pela agência reguladora dos EUA e a manutenção da pandemia por interesses econômicos e políticos (13.04); o vídeo que promove a água tônica como forma de prevenção e tratamento, por conter quinino – “Isso a Globo não mostra” (16.04); as denúncias de que governadores do Rio de Janeiro e São Paulo estariam recolhendo o “medicamento experimental” das farmácias (15.05; 21.05), enquanto países europeus o distribuíram gratuitamente (25.06).

Esse temor conspiratório apurado no material sinaliza um deslocamento no regime de esperança em relação às diferentes possibilidades de proteção. As vacinas deixam de ser saudadas para serem acusadas de monitorar indivíduos por antenas 5G (28.05) e causar mortes, a pretexto de reações adversas em voluntários do ensaio clínico da Universidade de Oxford, cuja conexão com o imunizante foi desmentida. Desconfia-se dos interesses atribuídos ao capital internacional e dos procedimentos preconizados pelas autoridades sanitárias: o álcool em gel causa acidentes, por descuido ou uso excessivo; a máscara facial passa a ser fonte de autocontaminação e malefícios ao organismo: “Será que a OMS quer nos matar lentamente?” (05.05).

Outras mensagens com sentidos sociais dissonantes mantiveram a regularidade, desde fevereiro: as que prometem cura, tratamento e melhora da saúde pelo consumo de diversos alimentos, substâncias e procedimentos, como alho, limão, inhame, banhos e vapores. Boa parte dos que se engajam em sua divulgação apresentam-se como portadores de esperança (“Boas notícias!”) e convocam a solidariedade para intensificar a divulgação (“Compartilhe, você pode estar salvando vidas nesse momento”). Além do reconhecimento da gravidade da pandemia, destacam-se ingredientes e hábitos do repertório popular, reforçados por uma lógica de risco/benefício (“Tenta, mal não vai fazer”).

DESTEMOR E RESIGNAÇÃO: O CANSAÇO DO EXTRAORDINÁRIO

A tensão na cobertura, elevada em março e abril, arrefeceu em maio, apesar dos registros oficiais de infecção e óbitos crescentes. No início de junho, quando as curvas ascendentes se aproximavam do platô que se desenharia, as capas passaram a discutir a flexibilização da quarentena, então em curso na Europa, e a dividir o espaço com outros temas.

A mudança no perfil da doença e das mortes, com sua interiorização, disseminação para classes populares e grupos vulneráveis, refletiu-se no jornal. Duas chamadas de capa abordaram a preocupação com comunidades indígenas (12.06; 14.06), que apresentavam nesse momento taxa de mortalidade até 150% maior do que outras populações, como demonstrou a edição especial do boletim do Observatório Covid-19/

Fiocruz, dedicada aos seis meses da pandemia. Outra mostrava as favelas (23.06) com as maiores taxas de letalidade do Rio, com dados da mesma publicação. No entanto, tais matérias foram pontuais, sugerindo um padrão inferior de indignação: os vulneráveis não despertaram atenção equivalente e obtiveram menor destaque que os registros internacionais acumulados, tema da manchete do dia 29.

Os números indicaram a normalização de mortes e a saturação do estatuto extraordinário do início: jornalisticamente, 10 mil mortes, noticiadas numa capa toda dedicada a nomear as vítimas (10.05), tiveram mais valor do que 50 mil (21.06). Graficamente, a cobertura da Covid-19 deixou de ser “especial”, com a eliminação da tarja sob a qual o conteúdo vinha sendo reunido desde março. Em junho, as notícias sobre o coronavírus se incorporaram às editorias ordinariamente. Ao final da primeira semana desse mês, porém, alterações na divulgação dos dados relativos à doença pelo Ministério da Saúde reaqueceram a cobertura e trouxeram de volta incertezas sobre a confiabilidade das informações prestadas pelo Executivo federal. A estratégia governamental foi atacada pelos demais poderes e resultou em incomum alinhamento de veículos de comunicação para compilar os números da doença no país, advogando para si o lugar da fidedignidade, da transparência e da empatia.

Em paralelo, a “vida pós-pandemia” começou a ser projetada de forma mais assídua, porém ambígua. A expressão, mencionada desde março, alcançou em junho o maior número de ocorrências. O futuro foi descrito com desesperança pelas longínquas perspectivas de recuperação econômica e sanitária, em razão dos impactos sistêmicos e duradouros observados. Por outro lado, o jornal abriu espaço para o destemor dos voluntários nos testes de vacinas, numa expectativa cada vez mais concreta de proteção global. O mês terminou com uma imagem simbólica na capa: a desativação do hospital de campanha do Pacaembu, em São Paulo.

Na checagem do material das redes, também em queda, a esperança seguiu duas trilhas: a confiança nas receitas caseiras (03.06; 08.06; 24.06) e as comemorações pelo suposto controle do vírus em Israel (22.06), Itália (05.06), França (04.06) e Brasil (07.05; 05.06; 23.06). A despeito da evolução epidemiológica ainda alarmante em junho, os sentidos circulantes em *O Globo* revelavam que a pandemia, como fato jornalístico, entrara em declínio.

VERDADES E EMOÇÕES EM DISPUTA: EM QUEM CONFIAR?

Duas premissas guiaram a análise da construção discursiva do medo e da confiança sobre a Covid-19 no noticiário de *O Globo* e no material selecionado por Fato ou Fake. A primeira refere-se à contingência do reconhecimento do sofrimento, situando o

jornalismo e a ciência entre os protagonistas na construção do portfólio de riscos, suas causas, vítimas e responsáveis. A outra é o entrelaçamento da produção sociodiscursiva midiaticizada com o acirramento das disputas políticas em torno da “verdade” na qual confiar.

Com esses parâmetros, destacamos escolhas e investimentos de *O Globo* na construção da pandemia como fato jornalístico extraordinário. Discutimos sua aliança com especialistas e instituições dos campos da ciência e da saúde, acionados como fonte e certificação de seu próprio posicionamento em oposição à condução política de governantes, principalmente Bolsonaro e apoiadores, empenhados na negação das evidências científicas que sustentavam as medidas de enfrentamento. Essa posição alimentou o destaque de outro elemento desse portfólio: a proliferação de informações falsas, incorretas e descontextualizadas, deliberadamente ou não, mobilizou o jornal e o serviço de checagem. Diante da polarização, o jornalismo profissional, majoritariamente, reafirmou o valor da comprovação objetiva, factual, diferenciando-se de textos que circulavam nas redes sociais.

Se tal comprovação foi e é de extrema importância diante do grave cenário, isso não deve nos levar a considerar o jornal um enunciador neutro e desinteressado. Naturalizar a objetividade jornalística, reivindicada como marca distintiva de sua prática discursiva, obscurece o reconhecimento de que o jornal sempre foi – e na pandemia isso se acirrou – um espaço de emoções política e moralmente orientado. A distinção desejada, que leva a classificar os demais espaços e discursos como inverídicos e não confiáveis, torna menos nítido o quanto determinados valores explícitos nas redes sociais podem estar presentes também no texto jornalístico.

Dois aspectos dimensionam a importância dessa questão: o Sistema Único de Saúde (SUS), objeto de debate público como saída para a crise, pouco foi tematizado, ressaltados os espaços opinativos e a fala do ministro Mandetta sobre seu papel decisivo para o achatamento da curva. Essa invisibilidade se soma à ênfase, ao longo dos anos, na associação do SUS e instituições públicas com ineficiência, desperdício de verbas e corrupção. Na pandemia, ao invés do SUS, mereceram destaque suas instituições, principalmente as científicas como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), enfraquecendo a vinculação ao sistema público e às políticas baseadas no direito à saúde. Também as populações vulneráveis permaneceram à margem: a despeito de serem mais atingidos pela pandemia, grupos e etnias periféricos não tiveram a mesma atenção que os estratos sociais aos quais o jornal se endereça.

Para não naturalizar a vinculação da produção jornalística à verdade e ao necessário trabalho de apuração, é importante incluí-la na agenda de pesquisa sobre a pandemia,

permitindo compreender de forma mais acurada proximidades e distâncias entre jornalismo e *fake news*, bem como a circularidade de seus enunciados. Isso implica discutir os espaços mais suscetíveis à instalação da dúvida na esfera pública. Antes das redes, o próprio jornalismo já foi um deles. Esses papéis, no entanto, não são fixos. Jornais e redes propõem sentidos e emoções que têm apelo e obedecem a múltiplas lógicas, intencionalmente ou não. A desinformação, por sua ressonância e potencial de afetação, é vetor de medo, ódio, indignação, mas também de esperança, ainda que falseada. Colocar sob análise tais sentidos e afetos, indo além da classificação como mentira ou verdade, é um passo importante para políticas e estratégias públicas de comunicação que se pautam na busca de efetivo diálogo com os segmentos que ampliam a capilaridade desses discursos.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, J. *et al.* *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2004.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- DATAFOLHA. 78% se consideram bem informados sobre coronavírus. 2020. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- PORTAL DA COMUNICAÇÃO. Jornalismo cresce em audiência na pandemia do coronavírus. 2020. Disponível em: <<https://portaldacomunicacao.com.br/2020/05/jornalismo-cresce-em-audiencia-na-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- POSETTI, J. & BONTCHEVA, K. Disinfodemic: deciphering Covid-19 disinformation, Unesco, 2020. Disponível em: <<https://en.unesco.org/covid19/disinfodemic/brief1>>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- REZENDE, C. & COELHO, M. C. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2010. (FGV de Bolso)